

# JULGADOS EM PAUTA

NOTICIÁRIO SEMANAL DO TJRJ

SEMANA DE 11 A 17 DE DEZEMBRO DE 2025



## Órgão Especial define que sociedade mista não altera competência em casos da Lei Anticorrupção

“Compete às Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro o julgamento de recursos interpostos em ações fundadas na Lei nº 12.846/2013, ainda que envolvam sociedade de economia mista”. Essa tese foi aprovada pelo Órgão Especial do TJRJ em sessão realizada no dia 4 de agosto, estabelecendo diretriz obrigatória para todos os órgãos do Tribunal.

[Leia na íntegra](#)

## Mulher que recebeu pagamentos para organizar festas e não realizou os eventos é condenada criminalmente

A Segunda Câmara Criminal confirmou a condenação criminal de uma mulher que firmou contrato para organizar duas festas, recebeu os pagamentos e não realizou os eventos. O colegiado decidiu que a

contratação de serviços para eventos, com recebimento dos valores e ausência dolosa de cumprimento, configura estelionato e não mero inadimplemento contratual.

[Leia na íntegra](#)



## Justiça exclui obrigação de plano de saúde fornecer medicamento de uso domiciliar



A Quarta Câmara de Direito Privado afastou a obrigação da Unimed Cabo Frio de fornecer o medicamento Enoxaparina 60mg para uso domiciliar. A apelação foi interposta pelo plano de saúde para reformar

sentença que havia confirmado liminar determinando o fornecimento do fármaco e fixado indenização de R\$ 10 mil. O acórdão também afastou a condenação por danos morais.

[Leia na íntegra](#)

## Técnica de enfermagem é condenada por subtrair medicamentos do hospital em que trabalhava

A Primeira Câmara Criminal confirmou, por unanimidade, a condenação de técnica de enfermagem que subtraiu medicamentos pertencentes ao hospital em que trabalhava. Condenada em primeira instância pelo crime de peculato, a ré interpôs recurso de apelação, indeferido pelo colegiado, que manteve a sentença que determinou a pena de três anos de reclusão.

De acordo com os autos do processo, a técnica de enfermagem mantinha, dentro de sua bolsa pessoal, expressiva quantidade de medicamentos de uso exclusivo do hospital, alguns deles inclusive com etiquetas de identificação da unidade, circunstância que evidencia o desvio de bem público em proveito próprio.

[Leia na íntegra](#)



## Tribunal reconhece união estável e obriga Rio Previdência a pagar pensão por morte

A Primeira Câmara de Direito Público negou pedido do Rio Previdência para reformar sentença que reconheceu o direito da autora da ação ao benefício de pensão por morte em razão do falecimento de um ex-servidor, ocorrido em 2019,

fixando o termo inicial do benefício na data do requerimento administrativo. O colegiado reconheceu a união estável, mantendo a sentença proferida em primeiro grau.

[Leia na íntegra](#)

## Queda de conexão de internet provoca anulação de sentença e marcação de nova audiência

A Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio anulou, por unanimidade, uma sentença de primeira instância, e determinou o retorno do processo ao Juízo de origem, para que fosse marcada uma nova audiência de instrução e julgamento que possibilitasse a produção da

prova testemunhal requerida pelos autores, um casal de amigos, por motivo de perda da conexão da internet durante a realização de uma audiência virtual. A queda da conexão acabou impedindo o depoimento pessoal da autora e a oitiva de testemunhas.

[Leia na íntegra](#)

